



## **Escola de Formação Política Miguel Arraes**

# **Curso de Atualização e Capacitação Sobre Formulação e Gestão de Políticas Públicas**

## **Módulo I**

Políticas Públicas no Federalismo Brasileiro: Competências das Esferas de Governo na Gestão das Políticas Públicas

## **Aula 3**

Políticas públicas no federalismo brasileiro, competências das esferas de governo na gestão das políticas públicas, avanços e desafios



# **A FORMAÇÃO DO SISTEMA FEDERATIVO BRASILEIRO**

A Constituição brasileira de 1891 marcou o início do sistema federativo brasileiro. De concepção republicana e federativa, influenciada pela Constituição dos Estados Unidos da América, o texto incluiu o município autônomo como princípios fundamentais da organização política do Brasil. Nasce em prol da descentralização em meio à críticas em relação ao centralismo imperial.

# A FORMAÇÃO DO SISTEMA FEDERATIVO BRASILEIRO

Durante o período da Primeira República, no modelo de Campos Sales, caracterizado como a “política dos governadores”, os governadores tinham papel predominante dentro do sistema político, legitimados pelas eleições presidenciais que passava por um acordo entre os Estados de São Paulo e Minas Gerais.

# A FORMAÇÃO DO SISTEMA FEDERATIVO BRASILEIRO

O fim da Primeira República se deu em meio ao discurso nacionalista de crítica ao modelo oligárquico, embora o federalismo brasileiro não tenha conseguido estabelecer uma relação de interdependência entre a União e os estados.



# **A FORMAÇÃO DO SISTEMA FEDERATIVO BRASILEIRO**

O Estado Vargasista-desenvolvimentista, do período de 30 a 45, de cunho centralizador, procurou acomodar os interesses do poder central e os objetivos das unidades estaduais.

Após o golpe de novembro de 1937, o Estado Novo redefiniu o padrão de relações intergovernamentais através de um processo de modernização administrativa, instituiu-se a prática do intervencionismo para garantir o controle do poder central sobre os estados.

# A FORMAÇÃO DO SISTEMA FEDERATIVO BRASILEIRO

No período seguinte de 45 a 64 as relações federativas se tornaram mais equilibradas, os estados recuperaram sua autonomia e a União ampliou seu controle, apesar do fortalecimento do poder dos governadores devido ao uso de políticas clientelistas dos executivos.



# A FORMAÇÃO DO SISTEMA FEDERATIVO BRASILEIRO

A quarta Constituição brasileira de 1946 foi estabelecida também de forma republicana e federativa, aumentando a autonomia política e financeira dos municípios.

Houve uma valorização dos municípios com a evolução e aperfeiçoamento da administração pública brasileira.



# **A FORMAÇÃO DO SISTEMA FEDERATIVO BRASILEIRO**

Com o golpe militar de 1964, houve um novo processo de centralização do poder central no Brasil, o regime autoritário passou a controlar os níveis subnacionais de poder, Estados e municípios perdem toda autonomia política.



# **A FORMAÇÃO DO SISTEMA FEDERATIVO BRASILEIRO**

O sistema federativo teve papel preponderante para o fracasso do projeto centralizador e autoritário. Os militares não conseguem controlar os níveis subnacionais de modo que dá-se a ascensão dos governadores, e mais tarde exercem importante papel na transição regime ditatorial para a democracia.



# A FORMAÇÃO DO SISTEMA FEDERATIVO BRASILEIRO

A Constituição de 1988 consagrou o sistema federativo brasileiro baseado numa forma de organização em que se estabelece um pacto, reconhecendo a autonomia das esferas territoriais de poder, porém permitindo formas de cooperação entre os entes autônomos da federação.

# **ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO ESTADO BRASILEIRO**

Na estrutura do Estado brasileiro, o exercício do poder é atribuição de órgão distintos e independentes. Cada um possui uma função e há ainda um sistema de controle entre eles regido pelas leis e a Constituição.



# **ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO ESTADO BRASILEIRO**

O Poder Legislativo (federal/estadual/municipal) cumpre papel imprescindível perante a sociedade do País, visto que desempenha três funções primordiais para a consolidação da democracia: representar o povo brasileiro, legislar sobre os assuntos de interesse público e fiscalizar a aplicação dos recursos públicos.



# ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO ESTADO BRASILEIRO

O Poder Executivo administra, ou seja, realiza as políticas de acordo com as finalidades do Estado.

**Poder Executivo Federal:** além de outras atribuições, adota as diretrizes das opções políticas do Estado, atua direta ou indiretamente na execução de programas ou prestação de serviço público. É formado por órgãos de administração direta, como os Ministérios, e indireta, como as empresas pública.



# ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO ESTADO BRASILEIRO

**Poder Executivo Estadual:** é exercido pelo Governador e integra, de forma indissolúvel, a República Federativa do Brasil. Tem por princípios o respeito à unidade da Federação, às constituições Federal e Estadual, à inviolabilidade dos direitos e garantias fundamentais. Os Estados são responsáveis pela regulamentação das regiões metropolitanas.



# ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO ESTADO BRASILEIRO

**Poder Executivo Municipal:** os municípios gozam de autonomia de acordo com a Constituição Federal e as Constituições Estaduais. Cada município é regido por uma Lei Orgânica. O prefeito, como chefe do Executivo municipal, tem atribuições políticas e administrativas que se consolidam em atos de governo e se expressam no planejamento das atividades, obras e serviços municipais.



# ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO ESTADO BRASILEIRO

**Poder Judiciário:** visa promover a descentralização e conseqüente agilização do processo legal. Compete ao poder judiciário, processar e julgar as causas e os conflitos entre a União, entidades da administração indireta, os Estados e o Distrito Federal.



# DESAFIOS DO NOVO SISTEMA FEDERATIVO BRASILEIRO

## Cenário Institucional

Após a formulação da nova Constituição, desenvolveu-se um pacto federativo com governos locais relativamente independentes e fragmentados, nos quais há poucos mecanismos embutidos para a cooperação intermunicipal e intergovernamental.



# **DESAFIOS DO NOVO SISTEMA FEDERATIVO BRASILEIRO**

Constituiu-se uma estrutura institucional em que governos locais acabaram entrando em disputas predatórias, como as guerras fiscais entre governos locais e estaduais.

A lógica da descentralização trouxe consigo grandes mudanças para o sistema tributário brasileiro.



# **DESAFIOS DO NOVO SISTEMA FEDERATIVO BRASILEIRO**

Em resumo, o conceito de competitividade se sobrepôs aos princípios de equidade e equilíbrio das finanças públicas.

As alterações inseridas na Constituição de 1988, no tocante ao sistema tributário, provocaram fragmentação das receitas entre as esferas da Federação, impossibilitando o atendimento das demandas reais da população, como os da saúde, educação, segurança pública, etc..



# **DESAFIOS DO NOVO SISTEMA FEDERATIVO BRASILEIRO**

Nos anos 80 ocorre um desmonte gradual do sistema da Região metropolitana. O esvaziamento desta estrutura de governança foi acelerado pela retração do Governo Federal no tratamento das questões metropolitanas, com redução da atenção política e recursos financeiros.



# FEDERALISMO E POLÍTICAS PÚBLICAS

O processo histórico de formação do sistema federativo brasileiro está diretamente vinculado ao tipo de relações intergovernamentais existentes.

Sem políticas nacionais efetivas de desenvolvimento urbano e em um cenário de competição regional, as ações dos entes federados tendem a ser conflitantes.



# FEDERALISMO E POLÍTICAS PÚBLICAS

Diante dos efeitos negativos do processo de descentralização, os municípios buscam mecanismos de fortalecimento do poder local a partir de ações políticas regionalizadas.

Os consórcios públicos são um exemplo de gestão pública compartilhada visando a solução de problemas comuns. Através das relações de parceria entre entes federativos é possível a ampliação da capacidade técnica, gerencial e financeira melhorando, deste modo, a prestação de serviços públicos.



# FEDERALISMO E POLÍTICAS PÚBLICAS

A nova Lei de regulamentação acerca das normas gerais de contratos para a constituição de Consórcios Públicos cumpre tarefa importante. No entanto experiências positivas, como a do Consórcio Intermunicipal Grande ABC, demonstram que não só o aparelhamento dos órgãos de cooperação desencadearão a esperada racionalidade e eficiência da gestão pública.

A concretização de importante projetos de interesse depende da vontade política dos representantes do poder público em relações formais e informais de parceria com a sociedade civil.



# FEDERALISMO E POLÍTICAS PÚBLICAS

Portanto, o novo pacto federativo deve ser orientado para amenizar estas distorções.

A diminuição das desigualdades sociais é fundamental na sustentabilidade do modelo proposto.